

Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 1995

O Presidente-Substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, no uso das atribuições previstas no art. 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 78, de 5 de abril de 1991, e no art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria GM/Minter nº 445, de 16 de agosto de 1989, e tendo em vista o que consta no processo nº 02001.000128/95-13;

considerando a necessidade da proteção e manejo das tartarugas marinhas, (*Dermochelys coriacea*), (*Chelonia mydas*), (*Eretmochelys imbricata*), (*Lepidochelys olivacea*) e (*Caretta caretta*), existentes no Brasil;

considerando que a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965¹, em seu art. 2º, alínea *f* estabelece como de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas nas restingas;

considerando que a Lei 7.661, de 16 de maio de 1988², que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, prevê, em seu art. 3º, o zoneamento de usos e atividades na zona costeira e dá prioridade à conservação e proteção, entre outros bens, das restingas, dunas e praias;

considerando que em algumas praias primordiais para a manutenção das populações de tartarugas marinhas estão se implantando projetos de desenvolvimento urbano;

considerando que o Ibama, através do Centro Nacional de Conservação e Manejo das Tartarugas Marinhas – Centro Tamar³, desenvolve atividades para a conservação e manejo das tartarugas marinhas naquelas áreas;

considerando que a estratégia mundial para a conservação das tartarugas marinhas recomenda que as desovas permaneçam nas praias de postura, reduzindo assim as transferências para cercados de incubação;

considerando que o trânsito de veículos nas praias ou nas suas proximidades causam a compactação de ninhos, atropelamento de filhotes recém-nascidos no seu trajeto praia/mar e perturbam as fêmeas matrizes durante a desova; e

1 Vide Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Tema 2: "Flora", pág. 60.

2 Vide Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Tema 9: "Proteção ao Meio Ambiente", pág. 1121.

3 Vide Portaria nº 186, de 22 de fevereiro de 1990. Tema 7: "Centros Técnicos", pág. 633

considerando que as alterações ambientais dessa ordem criam impactos irreversíveis sobre o êxito da nidificação, resolve:

Art. 1.º. Proibir o trânsito de qualquer veículo na faixa de praia compreendida entre a linha de maior baixa-mar até 50m (cinquenta metros) acima da linha de maior preamar do ano (maré de sizígia), nas seguintes regiões:

a) no Estado do Rio de Janeiro, da praia do Farol de São Tomé até a divisa com o Estado do Espírito Santo;

b) no Estado do Espírito Santo, do Porto Cel (município de Aracruz) até a divisa com o Estado da Bahia;

c) no Estado da Bahia, a partir da divisa com o Estado do Espírito Santo até a foz do Rio Corumbaú (município de Itamaraju), e da praia de Itapuã (município de Salvador) até a divisa com o Estado de Sergipe;

d) no Estado de Sergipe, a partir da divisa com o Estado da Bahia até o Pontal dos Mangues (município de Pacatuba), e da praia de Santa Isabel (município de Pirambu) até a divisa com o Estado de Alagoas;

e) no Estado de Alagoas, a partir da divisa com o Estado de Sergipe até o final da faixa litorânea, no município de Penedo;

f) no Estado de Pernambuco, no Distrito de Fernando de Noronha, as praias do Boldro, Conceição, Caieira, Americano, Bode, Cacimba do Padre e Baía de Santo Antônio; e

g) no Estado do Rio Grande do Norte, em toda extensão da praia da Pipa (município de Alagoinhas).

Parágrafo único. Os veículos oficiais em serviço e os particulares, em caso de comprovada necessidade, estão dispensados do cumprimento desta Portaria.

Art. 2.º. Compete ao Centro Tamar, em conjunto com as prefeituras municipais, Polícia Militar e Marinha do Brasil, específicos de cada local:

a) identificar e bloquear os acessos às praias;

b) fiscalizar essas áreas; e

c) deliberar sobre aspectos técnicos e áreas não especificados nesta Portaria.

Art. 3.º. Os infratores desta Portaria estão sujeitos às penalidades e sanções previstas em legislação específica.

Art. 4.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Roberto Sergio Studart Wiemer

Presidente-substituto

(DOU de 31.01.95)

Portaria nº 11, de 30 de janeiro de 1995

O Presidente-Substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, no uso das atribuições previstas no art. 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 78, de 5 de abril de 1991, e no art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria GM/Minter nº 445, de 16 de agosto de 1989, e tendo em vista o que consta no processo nº 02001.003784/94-89;

— considerando a necessidade da proteção e manejo das tartarugas marinhas existentes no Brasil, (*Dermochelys coriacea*), (*Chelonia mydas*), (*Eretmochelys imbricata*), (*Lepidochelys olivacea*) e (*Caretta caretta*);

— considerando que a lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965¹, no seu art. 2.º, alínea f; considera de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas nas restingas;

— considerando que a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988², que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, prevê no seu art. 3.º o zoneamento de usos e atividades na zona costeira e dá prioridade à conservação e proteção, entre outros bens, das restingas, dunas e praias;

— considerando que em algumas praias primordiais para a manutenção das populações de tartarugas marinhas estão se implantando projetos de desenvolvimento urbano;

— considerando que o Ibama, através do Centro Nacional de Conservação e Manejo das Tartarugas Marinhas — Centro Tamar³, desenvolve atividades para conservação e manejo das tartarugas marinhas nestas áreas;

— considerando que as fêmeas matrizes de tartarugas marinhas se desencorajam a realizar postura na presença de iluminação direta e de outras perturbações;

— considerando que as luzes de edificações próximas à praia, de iluminação pública, de veículos e outras fontes artificiais interferem potencialmente na orientação de filhotes recém-nascidos no seu trajeto praia/mar;

e

1 Vide Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Tema 2: "Flora", pág. 60.

2 Vide Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Tema 9: "Proteção ao Meio Ambiente", pág. 1121.

3 Vide Portaria nº 186, de 22 de fevereiro de 1990. Tema 7: "Centros Técnicos", pág. 633.

— considerando que as alterações ambientais desta ordem criam impactos irreversíveis sobre o êxito do aninhamento, resolve:

Art. 1º. Proibir qualquer fonte de iluminação que ocasione intensidade luminosa superior a Zero Lux, numa faixa de praia compreendida entre a linha de maior baixa-mar até 50m (cinquenta metros) acima da linha de maior preamar do ano (maré de sizígia), nas seguintes regiões:

a) no Estado do Rio de Janeiro, da praia do Farol de São Tomé até a divisa com o Estado do Espírito Santo;

b) no Estado do Espírito Santo, do Porto Cel (município de Aracruz) até a divisa com o Estado da Bahia;

c) no Estado da Bahia, da divisa com o Estado do Espírito Santo até a foz do Rio Corumbaú (município de Itamaraju), e da praia de Itapuã (município de Salvador) até a divisa com o Estado de Sergipe;

d) no Estado de Sergipe, da divisa com o Estado da Bahia até o Pontal dos Mangues (município de Pacatuba), e da praia de Santa Isabel (município de Pirambú) até a divisa com o Estado de Alagoas;

e) no Estado de Alagoas, da divisa com o Estado de Sergipe até o final da faixa litorânea, no município de Penedo;

f) no Estado de Pernambuco, no Distrito de Fernando de Noronha, as praias do Boldro, Conceição, Caieira, Americano, Bode, Cacimba do Padre e Baía de Santo Antônio; e

g) no Estado do Rio Grande do Norte, em toda extensão da praia da Pipa (município de Alagoinhas).

Parágrafo único. Os locais relacionados na alínea *a* a *g* que não constavam na Portaria do Ibama nº 1933, de 28 de setembro de 1990, deverão adequar as iluminações já existentes num prazo de 6 (seis) meses a contar da publicação desta Portaria.

Art. 2º. Compete ao Centro Tamar, em conjunto com a companhia de energia elétrica local, em cada um dos sítios reprodutivos:

a) identificar as áreas que necessitam de adequações;

b) estabelecer, em cada área, os critérios técnicos para adequação da iluminação, já existente, com objetivos de mitigar as interferências ao fenômeno reprodutivo das tartarugas marinhas;

c) fiscalizar estas áreas, acompanhar os projetos de iluminação e de adequação da iluminação e emitir pareceres técnicos avaliando execução destes projetos; e

d) deliberar sobre aspectos técnicos e áreas não especificadas nesta Portaria.

Art. 3.º. Os infratores desta Portaria estarão sujeitos às penalidades e sanções previstas em legislação específica.

Art. 4.º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria Ibama n.º 1.933, de 28 de setembro de 1990.

Roberto Sergio Studart Wiemer
Presidente-substituto

(DOU de 31.01.95)